

As Universidades Sustentáveis e o Processo de Inclusão de PcD – Pessoas com Deficiência

DANIEL FERREIRA DOS SANTOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ - PUC/PR

UBIRATÃ TORTATO

EDELVINO RAZZOLINI FILHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AGUINALDO FERREIRA DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR)

As Universidades Sustentáveis e o Processo de Inclusão de PcD – Pessoas com Deficiência

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vive atualmente em um ambiente cada vez mais cercado de questões que merecem ser discutidas, tanto nos aspectos ambientais, econômicos, éticos, política, gênero, diversidade, entre tantas outras temáticas importantes, porém uma delas vem chamando muito a atenção e carece de uma preocupação especial, que é a inclusão de Pessoas com Deficiência – PcD – em no cotidiano social comum.

Essa temática é imprescindível, na medida em que ainda se tem muito por fazer, seja enquanto indivíduos e coletivamente, pois o que é possível observar é uma relação muito mais baseada no discurso do que na prática, basta analisar as condições que encontramos as calçadas para os cadeirantes nas grandes cidades, para levantar apenas um exemplo.

Porém, é importante frisar que já se obteve um avanço nas questões relacionadas a preocupação com as pessoas com deficiência, como a criação de cotas para contratações, subsídios para algumas compras, criação de leis que deram algum amparo para citar algumas ações. E, uma dessas iniciativas, foi a criação da Lei nº. 13146/15 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata entre uma de suas especificidades sobre as barreiras a acessibilidade, sendo essa a discussão que irá nortear essa pesquisa.

O papel das universidades é gerar conhecimento, mudar a realidade de seus acadêmicos, diminuir as desigualdades, etc., também tem uma missão extremamente importante, que é garantir a sustentabilidade como um todo, e para isso, surgiu o conceito de “Universidades Sustentáveis”, que versa sobre as suas atribuições, além da formação técnica obviamente, que seriam entre elas: conscientização dos acadêmicos sobre a importância sustentável, criação de currículos adequados socialmente, preocupações com o tripé da sustentabilidade, etc., sendo que todas essas ações levarão a uma sociedade cada vez mais envolvida com o desenvolvimento sustentável.

Para a ONU (2012) o desenvolvimento sustentável é a ideia de modificar a vida das gerações atuais sem prejudicar as futuras e sem causar danos ao planeta. Sendo assim, o desenvolvimento sustentável é concebido também na interação entre três pilares: o pilar social, o pilar econômico e o pilar ambiental.

1.1 Problema e objetivos da pesquisa

Assim, tendo todo esse contexto, o presente artigo buscará explorar e descrever a vertente social, identificando quais são as percepções dos alunos da graduação e da pós-graduação de uma IES de Curitiba sobre a acessibilidade das Pessoas com Deficiência em nossa sociedade. Com base nesses pressupostos a presente pesquisa buscará responder ao seguinte problema de pesquisa: **Qual é a percepção dos acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba sobre as barreiras de acessibilidade constante na Lei n. 13146/15?**

O objetivo dessa investigação é verificar a percepção dos acadêmicos da graduação e da pós-graduação de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba acerca do cumprimento da lei sobre a acessibilidade.

O artigo é apresentado em cinco partes, além da presente introdução, tem-se o referencial teórico, a metodologia, apresentação e análise dos resultados, e por fim as conclusões seguidas das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa seção é apresentado o referencial teórico que apoia essa pesquisa, iniciando pelo Desenvolvimento Sustentável, ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Universidades Sustentáveis, e por fim, a importância a inclusão de pessoas com deficiência nas universidades.

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O termo sustentabilidade vem ganhando cada vez mais destaque dentro do mundo todo, seja pela sua promessa de cuidar da longevidade das organizações ou mesmo das pessoas, porém é importante observar que nem sempre foi dessa forma, na medida em que foi somente a partir da década de 1980 que o termo obteve notoriedade.

De maneira geral, o desenvolvimento sustentável é a ideia de transformar a vida das gerações presentes e futuras sem causar danos ao planeta ou degradar os recursos naturais, isso significa investir na economia global, inclusive na vida das pessoas, garantir que o crescimento econômico e individual ocorra de forma sustentável é fundamental (ONU, 2012).

Segundo o Guia dos ODS para as empresas (2018) a integração da sustentabilidade tem o potencial de transformar todos os aspectos do negócio principal da empresa, incluindo a sua oferta de produtos e serviços, os segmentos do cliente, o gerenciamento da cadeia de abastecimento, a escolha e o uso de matérias-primas, as redes de transporte e distribuição e o fim da vida do produto. Ao redor do mundo, os clientes estão crescentemente baseando as suas decisões de compra na sua percepção de desempenho de sustentabilidade da empresa (GUIA DOS ODS PARA AS EMPRESAS, 2018).

Para Bezerra e Bursztyrn (2000) o desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, que por sua vez, é direcionado por políticas públicas orientadas por um plano de desenvolvimento nacional, assim, a pluralidade de atores sociais e interesses presentes na sociedade colocam-se como um entrave para as políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Essas definições de Desenvolvimento Sustentável são apenas algumas das mais divulgadas, porém não se limitam apenas a esses conceitos, visto que a temática sustentabilidade é ampla e de inúmeras abordagens.

Foi a partir da década de 1970 que ocorreram os primeiros encontros para discutir o Desenvolvimento Sustentável, como por exemplo, o relatório FOUNEX que é preparado por um painel de especialistas reunidos na cidade do mesmo nome na Suíça, em junho de 1971.

Em 1972 ocorreu o Encontro do Clube de Roma, onde acadêmicos, cientistas, políticos, empresários e membros da sociedade civil elaboraram um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”. Este estudo utilizou sistemas de informática para simular a interação do homem e o meio ambiente, levando em consideração o aumento populacional e o esgotamento dos recursos naturais (PENSAMENTO VERDE, 2014).

O termo Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pela primeira vez pela Organização das Nações Unidas – ONU, no Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório *Brundtland*, de 1987, tendo como diretriz a ideia de um desenvolvimento que atenda às necessidades das gerações presentes sem comprometer a habilidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades. A partir desse relatório vieram inúmeros outros eventos que confirmaram a necessidade e urgência de se pensar nos aspectos relacionados ao tripé sustentável – Econômico, Ambiental e Social.

A primeira grande reunião proposta com o intuito de discutir questões relacionadas ao meio ambiente e de sustentabilidade se deu em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, que ficou

conhecida como a ECO92. Em uma megaestrutura, criada para receber 178 delegações e 114 chefes de estado, com 95 radiadores, 750 microfones, 90 estações para tradutores e 5200 estações de escuta para fones. Em relação à segurança Cotrim (1993) ressalta que foram deslocados 15 mil soldados além de blindados e helicópteros.

Após esse primeiro evento global de sustentabilidade, diversos outros eventos ocorreram, nessa mesma linha de pensamento e buscando igualdade social, econômica, mas principalmente ambiental. Até que em 2002, as Nações Unidas realizaram uma conferência para marcar os 10 anos da ECO92. Essa conferência ocorreu na África do Sul, na cidade de Johannesburgo. Porém, foi em 2012 que veio a ser realizada a continuação efetiva do ECO92, conferência que novamente fez uma alusão à primeira realizada, levou o nome de RIO+20 (por fazer 20 anos da então primeira conferência).

Em julho de 2014, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou a lista de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo os desdobramentos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, também chamada Rio+20, os ODS foram elaborados visando substituir o marco regulatório que norteava os países desde a virada do século, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), cujo cenário de 15 anos para o atingimento de metas expirou em 2015.

2.2 ODS – Objetivos Do Desenvolvimento Sustentável

A Agenda 2030, entendida como um plano de ação que propõe estratégias globais de desenvolvimento sustentável pelo período de 15 anos, lista os 17 ODS que contemplam as dimensões social, ambiental e econômica de forma integrada e indivisível ao longo de todas as suas 169 metas (ONU, 2015).

Dentre os 17 objetivos, o foco dessa pesquisa é acerca do ODS 10, principalmente em suas seguintes metas:

- **10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
- **10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

Os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são uma iniciativa global que sucederá os ODM e convocam o mundo para a um esforço de eliminação da mortalidade materna evitável entre os anos de 2016 e 2030 (ONU, 2015).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) entraram em vigor em 1º de janeiro de 2016 e espera-se que sejam cumpridos até 31 de dezembro de 2030. Entretanto, há a expectativa de que algumas metas, baseadas em acordos internacionais, se cumpram antes do prazo estabelecido.

Um dos intuítos da criação dessas estratégias é que os países em desenvolvimento estão enfrentando grandes desafios para erradicar a pobreza e sustentar o crescimento, e a transição para a economia verde irá requerer ajustes estruturais que podem envolver custos adicionais para suas economias. Nesse sentido, é necessário o suporte da comunidade internacional (ONU, 2012, p. 6).

2.3 Universidades Sustentáveis

A sustentabilidade ganha cada vez mais destaque em diversas áreas, e dentro da educação o termo Universidade Sustentável vem aos poucos se inserindo em uma nova proposta de ensino superior. A temática Universidade Sustentável surge a partir do momento em que se

discutem questões relacionadas a empresas, cidades e um mundo mais sustentável. As Universidades Sustentáveis englobam temas como educação, pesquisa, formação política, troca de informações necessárias para que seja possível um desenvolvimento sustentável (ULSF, 1990); operação no campus para na busca da sustentabilidade, e extensão para a comunidade (CORTESE, 2003).

Os líderes universitários devem iniciar e apoiar a mobilização de recursos internos e externos de modo que as suas instituições respondam a este desafio urgente (ULSF, 1990).

Para atingirem os objetivos de um desenvolvimento sustentável, sendo atores ativos e exemplos de sustentabilidade, as universidades devem se comprometer com as seguintes ações (KRAEMER, 2010):

- Aumentar a consciência para o desenvolvimento ambientalmente sustentável;
- Criar uma cultura institucional da sustentabilidade;
- Envolver todas as partes interessadas;
- Aumentar a capacidade das escolas primárias e secundárias.

De forma ampla, dentro do conceito de Universidade Sustentável espera-se que elas atendam ao Tripé da Sustentabilidade – Econômico, Ambiental e Social. Examinando-se os temas da Universidade Sustentável e o aspecto social do tripé, percebe-se uma necessidade de compreender o papel da universidade em relação ao PcD – pessoa com deficiência.

2.4 Inclusão de Pessoas com Deficiência - PcD

Na Constituição de 1988 é tido que, todo o indivíduo tem direito à educação. Para inclusão educacional na escola regular o aluno necessita de adaptações curriculares e professores que tenham assessoramento, mas em algumas situações a educação será somente realizada em classes especiais ou escolas especializadas (DUARTE et al, 2017).

Conforme Decreto nº 5.926 de 02 de dezembro de 2004, em seu Artigo 3º, existe diferença em deficiência e incapacidade.

I – Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gera incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para ser humano;

II – Deficiência permanente – aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

III – incapacidade – uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (2007), deficiência para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, a pessoa tenha dificuldades de inserção social.

Os direitos das pessoas com deficiência foram criados para estabelecer as garantias para que elas não permaneçam excluídas do convívio social.

A obrigação, porém, não se esgota nas ações estatais. Todos nós somos igualmente responsáveis pela efetiva compensação de que se cuida. As empresas, por sua vez, devem primar pelo respeito ao princípio constitucional do valor social do trabalho e da livre

iniciativa, para que se implementem a cidadania plena e a dignidade do trabalhador com ou sem deficiência (art. 1º e 170 da CF/88). Nesse diapasão, a contratação de pessoas com deficiência deve ser vista como qualquer outra, eis que se espera do trabalhador nessas condições profissionalismo, dedicação, assiduidade, enfim, atributos ínsitos a qualquer empregado. Não se quer assistencialismo, e sim oportunidades (MTE-MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2007, p. 11-12).

O conceito de acessibilidade é usado no sentido de identificar uma situação de uso pleno, seguro e independente do espaço construído (SCHNEIDER, 2009).

Conforme a Lei 13146/15 no seu Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

As normas técnicas da ABNT (1985) para que as pessoas com necessidades especiais exerçam o direito da cidadania plena, ressalta-se a eliminação das barreiras, para maior acessibilidade e assim maior interação dos mesmos com a sociedade (MTE, 2007).

3. METODOLOGIA

Nessa seção é apresentada a metodologia utilizada para a realização do presente artigo, iniciando-se pela coleta de dados, população e amostra e finalizando com os procedimentos de tratamento e análise dos dados.

3.1 Coleta de Dados

O estudo foi realizado com alunos matriculados na graduação e pós-graduação de uma IES de Curitiba e a forma de contato foi por e-mail. A coleta de dados da presente pesquisa foi realizada em duas etapas, sendo que na primeira foi a obtenção do e-mail dos estudantes matriculados na IES e na segunda etapa, após a identificação dessa população, foram enviados e-mails com o formulário da pesquisa (Apêndice 1). O período da pesquisa foi do dia 29/06/2018 a 05/07/2018 (23h59), sendo que não houve prorrogação desse prazo.

3.2 População e Amostra

Segundo Marconi e Lakatos (2009) população é o conjunto de seres que apresentam pelo menos uma característica em comum, e nessa direção Malhotra (2005) aponta como sendo a totalidade de elementos que compartilham algum conjunto de característica em comum, sendo assim, no presente estudo, a população estudada foram todos os alunos da graduação e pós-graduação (1250 estudantes) de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba – Paraná.

Já a amostra para Oliveira (2002) é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo pesquisado, sendo que nesse trabalho a amostra foi de 242 respondentes.

3.3 Procedimentos de Tratamento e Análise dos Dados

Após a coleta de dados da pesquisa, o próximo passo foi a tabulação dos dados, realizado pelo software Excel[®] da Microsoft[®] e com relação ao tratamento dos dados secundários foi adotado a utilização do software *Statistical Package for the Social Science* - SPSS, de tal maneira que se conseguiu-se com esse tratamento executar uma análise descritiva e interpretativa, e também foram utilizados a técnica de análise documental.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

São apresentados a partir desse ponto os principais resultados da pesquisa, que buscou identificar qual a percepção dos acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba sobre as barreiras de acessibilidade constante na Lei 13146/15. Os dados foram coletados, tabulados e analisados por softwares específicos, sendo que foi utilizado para a coleta junto aos respondentes o Formulário do Google (conforme apêndice 1) e para a tabulação dos dados o software Excel[®] da Microsoft[®].

O primeiro passo na análise dos dados foi a verificação dos questionários respondidos e válidos, sendo que foram enviados 1250 e-mails com o link da pesquisa aos acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba, e desses foram retornados 242 preenchidos. Com o intuito de preservar a identidade dos respondentes que se propuseram responder a pesquisa foi definido que não seria necessário identificar-se.

A apresentação dos resultados inicia-se pela caracterização dos respondentes, na sequência é exibida os seis itens que versa sobre as barreiras de acessibilidade que constam na Lei 13146/15, ou seja, barreiras urbanísticas, barreiras arquitetônicas, barreiras nos transportes, barreiras nas comunicações e na informação, barreiras atitudinais e por fim, as barreiras tecnológicas.

Na sequência é apresentada a caracterização dos respondentes, análise exploratória dos dados e a análise dos resultados da pesquisa.

4.1 Caracterização dos Respondentes

Nessa seção é apresentada a caracterização da amostra pesquisada, sendo inicialmente verificado a questão do gênero dos acadêmicos que participaram da pesquisa, na sequência, outro fator importante para as nossas análises, que é a idade dos respondentes. Na tabela 1 e 2 a seguir serão apresentadas a idade e o gênero dos respondentes.

Em relação ao gênero dos respondentes é apresentado na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Gênero

Alternativa	Qtde	%
Masculino	79	32,6
Feminino	163	67,4
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observasse que da amostra pesquisada 67,4% são do sexo feminino, ou seja, 163 acadêmicas, o que representa que existe uma tendência de haver uma maior incidência de mulheres no Ensino Superior, uma tendência que vem se apresentando há alguns anos. Como o presente estudo versa sobre a inclusão, essa já pode ser considerada também um avanço, se for levado em consideração que até 1932 elas não podiam votar no Brasil.

Outro ponto que merece destaque é relacionado a idade dos respondentes, que será apresentado na tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Idade

Alternativa	Qtde	%
18 a 20 anos	15	6,2
21 a 25 anos	43	17,8
26 a 30 anos	48	19,8
31 a 35 anos	51	21,1
36 a 40 anos	38	15,7
Acima de 41 anos	47	19,4
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Relacionado a idade verificasse que a maior fatia dos respondentes está na faixa dos 31 a 35 anos, com 21,1%, ou seja 51 acadêmicos, sendo que a menor participação é dos estudantes entre 18 e 20 anos com apenas 6,2%, isso se deve ao fato das pessoas ainda não terem definido qual carreira seguir. Outro fato importante nesse aspecto relacionado a idade é com relação as pessoas acima de 41 anos, que nessa amostragem representou 19,4%, representando que praticamente 1 a cada 5 dos respondentes estão no ensino superior em um período da vida que antes era improvável.

No prosseguimento da apresentação dos resultados será demonstrado os resultados acerca das barreiras constante na Lei nº 13146/15 no seu Art. 3º, sendo apresentada inicialmente as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, transportes, nas comunicações e na informação e por fim, as atitudinais.

4.2 Barreiras Urbanísticas

Pela Lei nº 13146/15 as barreiras urbanísticas são aquelas existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo, sendo as de mais fácil

percepção em nosso cotidiano, na medida em que estão em todos os espaços divididos na sociedade.

Para a mensuração dessa barreira foi solicitado aos respondentes que se posicionassem em relação a seguinte afirmação: *No meu cotidiano percebo que existem vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo adaptado as Pessoas com Deficiência*. Na tabela 3 são visualizados os resultados obtidos.

Tabela 3 - No meu cotidiano percebo que existem vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo adaptado as Pessoas com Deficiência

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	39	16,1
DISCORDO Parcialmente	40	16,5
NÃO Concordo, NEM Discordo	9	3,7
CONCORDO Parcialmente	127	52,5
CONCORDO	27	11,2
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Percebesse que nessa primeira abordagem relacionada as barreiras, 52,5% dos respondentes concordam apenas parcialmente com essa afirmação, o que já é um sinal preocupante, pois mais da metade não percebem que os espaços privados e públicos estão adaptados ao PcD, outro aspecto que reforça essa perspectiva é que apenas 11,2%, ou seja, 27 pessoas concordam com a inexistência dessas barreiras. Na continuidade será exposto as barreiras arquitetônicas.

4.3 Barreiras Arquitetônicas

As barreiras arquitetônicas são as existentes nos edifícios públicos e privados e que dificultam a movimentação de pessoas que tem algum tipo de dificuldade de locomoção, essa barreira física acaba atrapalhando muito a vida das pessoas e geram inúmeros contratemplos, principalmente se a pessoa for usuária de cadeira de rodas.

Para a mensuração dessa questão foi apresentado aos respondentes a seguinte afirmação: *Os edifícios públicos e privados são adaptados a todos sem exceção*. Os resultados da barreira arquitetônica serão apresentados na tabela 4 a seguir:

Tabela 4 -Os edifícios públicos e privados são adaptados a todos sem exceção

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	117	48,3
DISCORDO Parcialmente	51	21,1
NÃO Concordo, NEM Discordo	11	4,5
CONCORDO Parcialmente	58	24,0
CONCORDO	5	2,1
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Verificasse que da amostra pesquisada, 69,4% dos alunos dizem discordar ou discordar parcialmente dessa afirmação, o que fica evidenciado que na percepção da maioria os edifícios, sejam eles públicos ou privados, não estão adaptados à nova realidade de olhar as pessoas como tendo direitos iguais, porém o que mais preocupa nesse ponto é que a adaptação desses imóveis não é apenas uma questão de estética, é uma questão legal, e como tal deveria ser respeitada. Importante destacar que apenas 5 acadêmicos (2,1%) concordam que não existem barreiras arquitetônicas. O próximo ponto que será investigado é relacionado as barreiras nos transportes.

4.4 Barreiras nos Transportes

As barreiras nos transportes são aquelas que existem nos sistemas e meios de transportes, sejam eles ônibus coletivos, táxis, vans, carros de aplicativos, etc. Na tabela 5 é retratado esses indicadores obtidos na pesquisa nesse aspecto.

Tabela 5 - O nosso sistema de transporte público atende as especificações de mobilidade

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	47	19,4
DISCORDO Parcialmente	62	25,6
NÃO Concordo, NEM Discordo	8	3,3
CONCORDO Parcialmente	99	40,9
CONCORDO	26	10,7
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Constata-se que nesse aspecto da pesquisa que o transporte foi o item de melhor percepção relacionado a inclusão e as barreiras existentes, pois 51,7% dos participantes (concordam ou concordam parcialmente) entendem que o meio de transporte já tem se adaptado as pessoas com algum tipo de deficiência, isso se deve a alguns fatores como leis municipais, fiscalização das companhias de transporte, fabricantes de ônibus em sua maioria de origem estrangeira, etc.

Esses números são importantes, porém ainda muito aquém do ideal, sendo que ainda temos 45% que discordam ou discordam parcialmente dessa perspectiva inclusiva, mas de qualquer forma não dá para negar, que já é uma barreira que está em constante evolução se pensarmos nas demais aqui estudadas. Dando continuidade na apresentação dos resultados obtidos no estudo será apontado as barreiras nas comunicações e na informação.

4.5 Barreiras nas Comunicações e na Informação

Na tabela 6 são evidenciadas as percepções dos estudantes acerca das barreiras nas comunicações e na informação, conforme segue:

Tabela 6 - As pessoas de um modo geral tem atitudes ou comportamentos que facilitam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	75	31,0
DISCORDO Parcialmente	82	33,9
NÃO Concordo, NEM Discordo	13	5,4
CONCORDO Parcialmente	65	26,9
CONCORDO	7	2,9
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Entende-se essas barreiras como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação, e para a devida medida dessa barreira o respondente foi instigado com a seguinte afirmação: *As pessoas de um modo geral tem atitudes ou comportamentos que facilitam a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.*

Percebesse que nesse aspecto do estudo 64,9% dos participantes discordam ou discordam parcialmente, ou seja, em sua grande maioria os respondentes entendem que ainda existem muitas barreiras relacionadas as formas de comunicação, atitudes e comportamentos que dificultam a inserção das Pessoas com Deficiência no nosso contexto atual, e outro ponto preocupante é que apenas 2,9% dos acadêmicos percebem a inexistência dessa barreira. Dando continuidade à pesquisa iremos a um ponto que merece destaque, que são as barreiras atitudinais.

4.6 Barreiras Atitudinais

Como barreiras atitudinais entendesse como sendo atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas. Na tabela 7 a seguir é demonstrado os resultados desse tópico específico da pesquisa.

Tabela 7 - As atitudes ou comportamentos das pessoas ajudam na participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades na sociedade

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	56	23,1
DISCORDO Parcialmente	72	29,8
NÃO Concordo, NEM Discordo	14	5,8
CONCORDO Parcialmente	61	25,2
CONCORDO	39	16,1
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Para a obtenção desse indicador foi inquirido ao participante do estudo a seguinte afirmativa: *As atitudes ou comportamentos das pessoas ajudam na participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades na sociedade.* Esse talvez seja o ponto mais emblemático da Lei 13146/15, na medida em que envolve aspectos subjetivos e de difícil fiscalização, por exemplo, pois atitude é algo individual, porém os resultados obtidos nos levam a refletirmos sobre as nossas ações como sociedade brasileira, 52,9% discordam ou discordam parcialmente que as pessoas têm alguma atitude inclusiva, sendo que esses são indicadores preocupantes, na medida em que não adianta cobrarmos as instituições por aparatos que levem a inclusão se quando depende das pessoas elas não fazem a sua parte. O próximo ponto apresentado serão as barreiras tecnológicas.

4.7 Barreiras Tecnológicas

As barreiras tecnológicas são aquelas que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias, e para essa questão foi apresentado aos alunos a seguinte questão: *Os aparatos tecnológicos existentes atualmente são pensados nas pessoas com deficiência.* Na tabela 8 foram obtidos os seguintes resultados.

Tabela 8 - Os aparatos tecnológicos existentes atualmente são pensados nas pessoas com deficiência

Alternativa	Qtde	%
DISCORDO	39	16,1
DISCORDO Parcialmente	70	28,9
NÃO Concordo, NEM Discordo	22	9,1
CONCORDO Parcialmente	98	40,5
CONCORDO	13	5,4
Total	242	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Constatasse que 45,9% (concordam ou concordam parcialmente) dos participantes percebem que nesse aspecto a inclusão ocorre de alguma maneira, e isso deve-se a grande quantidade de aplicativos e softwares criados com essa finalidade.

5. CONCLUSÕES

Considerando o principal objetivo deste estudo que era identificar qual era a percepção dos acadêmicos de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba sobre as barreiras de acessibilidade constante na Lei n. 13146/15, constatou-se que, da amostra selecionada, ou seja, 224 respondentes, observa-se na primeira barreira, a urbanística, 52,5% dos respondentes concordam apenas parcialmente que os espaços públicos e privados são adaptados as Pessoas com Deficiência, e com relação as barreiras arquitetônicas somente 2% compreendem a inexistência de barreiras que impedem o acesso a edifícios públicos e privados.

No aspecto relacionado as barreiras nos transportes foi o item de melhor percepção por parte dos respondentes, sendo que 51,7% dos participantes (concordam ou concordam parcialmente) entendem que o meio de transporte já tem se adaptado as pessoas com algum tipo de deficiência. Nas barreiras comunicacionais e de informação apenas 2,9% dos acadêmicos percebem a inexistência dessa barreira, e 16,1% compreendem que as barreiras atitudinais também já foram superadas. E, por fim, as questões tecnológicas está em evolução,

pois 45,9% dos participantes (concordam ou concordam parcialmente) percebem que nesse aspecto a inclusão ocorre de alguma maneira.

O presente estudo levanta algumas questões importantes, dentre elas a de que no país a questão da inclusão da Pessoa com Deficiência ainda está muito longe da ideal, o que nos leva a crer que não é por falta de lei, essas se tem inúmeras, o que falta, conforme os números da pesquisa deixaram evidenciados é um maior comprometimento de todos, seja o Estado e principalmente a sociedade, pois ainda é longo o caminho a ser percorrido na direção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em virtude de que essa temática exige muitos outros estudos das questões relacionadas as Universidade Sustentáveis e os processos de inclusão, principalmente no cenário nacional e tendo como base o fato de que essa pesquisa não conseguiu abranger todos os aspectos importantes do presente tema, surgem algumas oportunidades para pesquisas futuras:

- Ressalta-se a importância de um aprofundamento na análise feita, inclusive realizando a pesquisa em outros setores da sociedade;
- Fazer uma relação entre os indicadores de Sustentabilidade das empresas e os financeiros para a verificação da sua importância para os investidores;
- E por fim, seria interessante uma análise das empresas que adotam a política de contratação de pessoas com deficiência além daquelas determinadas por lei.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, M. C. L.; BURSZTYN, M. (coord.). **Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis: Consórcio CDS/ UNB/ Abipti, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei n. 5.926**, de 02 de dezembro de 2004. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 8.213**, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto-lei n. 13.146**, de 06 de julho de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF.

CARTILHA DO CENSO 2010. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>. Acesso em 27 jul. 2018.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COTRIM, J. P. Abertura. In: Cotrim, João Paulo (Coord.). **De Planeta nas Mãos: no pós Eco-92**. Lisboa: Edições Colibri, 1993.

DUARTE, A. V.; BORGES, C. S.; SOUSA, M. M.; SANTOS, D. F.; SANTOS, A. F.; ANDRADE, M. M. A Percepção dos Acadêmicos Sobre a Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho. **Revista Eletrônica Multidisciplinar FACEAR**, v. 2, p. 1, 2017.

Guia dos ODS para as empresas. Disponível em: <http://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2018.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MTE-Ministério do Trabalho e Emprego. **A Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: SIT, 2007.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de Metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes**. Resolução 37/52 de 03 de dezembro de 1982.

ONU - Organização das Nações Unidas. **O future que queremos**. Primeira versão, 10 de jan. 2012.

em:http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf
Acesso em: 10 jul. 2018.

PENSAMENTO VERDE, 2014. **Clube de Roma e o relatório "Os limites do crescimento"** (1972). Disponível em:<http://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/clube-roma-relatorio-limites-crescimento-1972/>. Acesso em 08 jul. 2018.

SCHNEIDER, L. A. Acessibilidade e políticas públicas. in: Universidade Luterana do Brasil (org.). **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: IBPEX, 2009.

UMA AGENDA DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, (2013). Disponível em: www.unsdsn.org. Acesso em 25 jun. 2018.